

Tendências/Debates

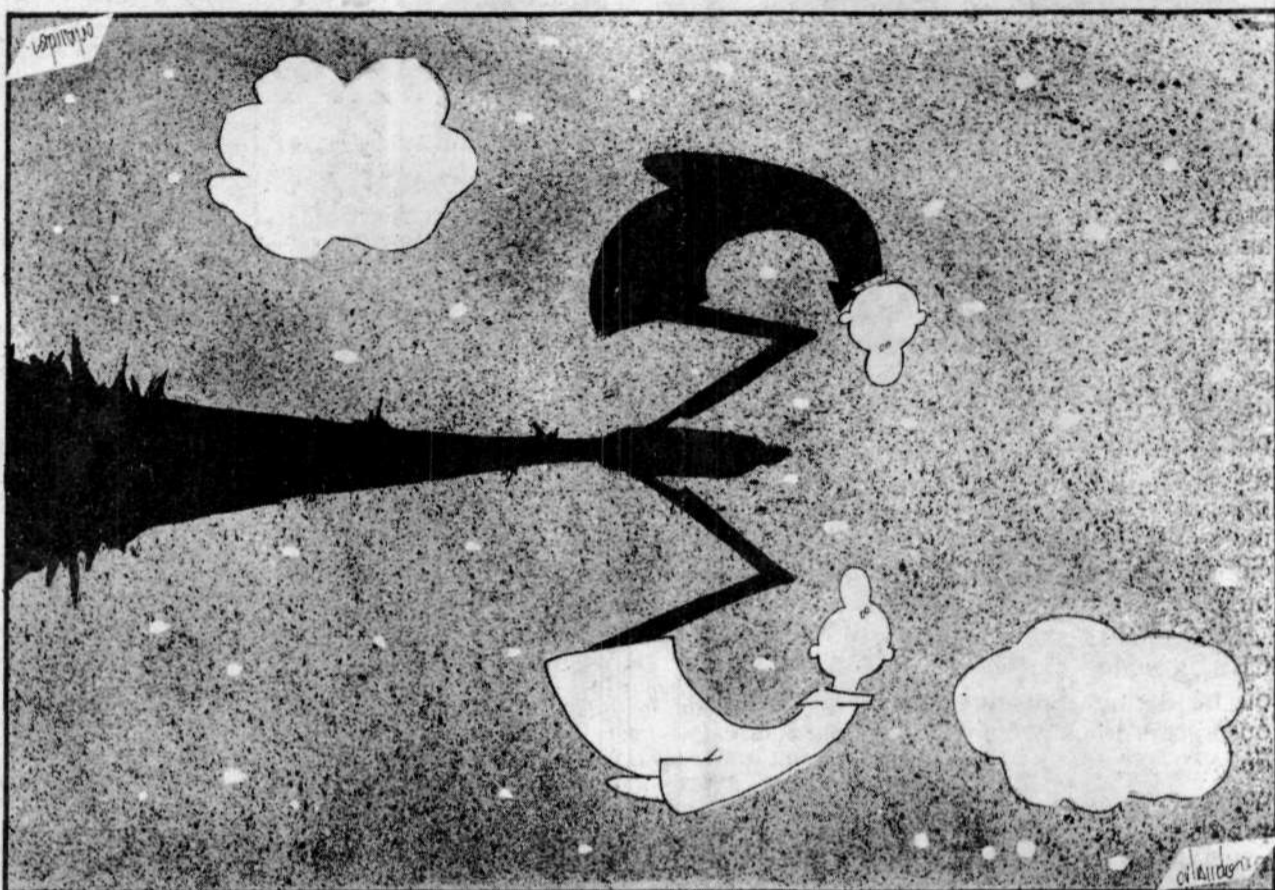
Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Momentos de indecisão

FLORESTAN FERNANDES

No auge do processo constituinte e da desagregação final de um sistema de poder montado e dirigido conspirativamente, a sociedade brasileira apresenta uma estranha dicotomia. Ela ferve como um caldeirão em sua base econômica e social: poucas vezes, em nossa história, ocorreu essa coincidência. Rangem os dentes os de cima e os de baixo, não só por causa do que a Constituição poderá dar a uns e retirar, ainda que parcialmente, de outros. Também porque a crise de conjuntura revela aos de baixo a natureza da crise estrutural permanente, a qual resulta da superposição histórica de vários antigos regimes, que não se desfizeram por completo: convivem e sobrevivem, graças ao desenvolvimento desigual, às terríveis distâncias econômicas, sociais, culturais e políticas existentes entre classes, raças e regiões. O quadro tétrico desnuda-se naturalmente, provocando arrepios de medo nas classes possuidoras e privilegiadas e crispções de ódio nas classes subalternas e excluídas. Ao mesmo tempo, o que parece ser o "movimento histórico", visto de cima, reprime o pânico e anima uma visão pessimista visceral, apontando para o beco sem saída que seria forjado pela crise econômica, pelo intervencionismo do Estado, pela dívida pública, pelas retaliações dos Estados Unidos, pela omissão do governo, pela dívida externa e o ser ou não ser de subjugar-se ao FMI, pela incompetência dos constituintes etc. Os agentes não se reconhecem como atores e não assumem sua responsabilidade histórica direta, transferindo para vários bodes expiatórios as "culpas" por todos os males. Dissociam a sociedade civil do Estado e fingem ignorar que a sociedade civil, isto é, os vários estratos privilegiados da burguesia com suas elites, empurrou o Estado para o impasse e fabricou a reprodução agravada das várias crises de estrutura, que nunca foram resolvidas exatamente para alimentar o desenvolvimento desigual e a forma brutal de acumulação capitalista originária permanente, que se tornaria impossível de outra maneira.

Desse modo, os de cima querem o mesmo milagre que o capital externo: a sobrevivência sem riscos de desigualdades econômicas, sociais, culturais, raciais e regionais que fazem com que o Brasil possua uma fachada de nação moderna, com o substrato de um conglomerado no qual convivem e se interpenetram o passado colonial remoto e recente: o período de transição neocolonial, que se inaugura com a vinda da casa real e vai pelo menos até a decadência do ciclo do ouro e a consolidação do ciclo do café, com o desenvolvimento do setor moderno da economia, montado através da "indirect rule"; os dois períodos de dependência (associados ao crescimento da urbanização e ao aparecimento das indústrias ou ao chamado capitalismo monopolista da era atual). Eles ousam quebrar lanças por algumas modalidades de liberdade burguesa, mas aceitam a submissão ao capital estrangeiro e a parceria com as multinacionais, a condição de sócios menores do sistema capitalista internacional de poder e de vanguarda proimperialista das nações centrais e de sua superpotência na periferia. Inventam coisas fabulosas, como o "mercado como patrimônio nacional" ou insistem na defesa de algumas miragens, como o "controle da informática" sem a implantação e a prioridade de um sistema autônomo de produção científica e tecnológica. Lukács tratou a fundo da "obscuridade" da consciência burguesa. Todavia, o que constatamos é a existência de cabeças



burguesas confusas, que sabem usar os recursos da "racionalidade capitalista" na super-exploração do trabalho. Mas caem na armadilha do mito de "um mundo só", como se fora da internacionalização do modo de produção capitalista estivessem condenadas ao perecimento. Portanto, a cabeça burguesa "colonizada" não é obscura: é irracional e incompetente.

Os de baixo não chegam aí. Para eles, a luta pára no elementar: o que está em questão é a sobrevivência, a vitória cotidiana contra a miséria e o desemprego, a conquista dos mínimos de uma vida social civilizada e da condição de gente. Sua revolta ataca de imediato, embora sem um grau de consciência social orgânico, a arqueologia dos vários antigos regimes, que escarpam os humildes, condenam mais de quarenta milhões de seres humanos à pobreza absoluta e outro tanto à pobreza relativa. A vanguarda espontânea e natural desses milhões de "malditos da terra" é urbanita e proletária, com um setor mais dinâmico de trabalhadores de ponta. Desde o passado remoto, o falso compadrio do homem pobre com o senhor ou o padrinho rico, o paternalismo, o clientelismo, o mandonismo vergaram as vontades e as cabeças desses seres humanos, predispostos à capitulação passiva ou à vingança inoperante. Aos poucos, tentam emancipar-se da "cultura do inculto", inventada para submetê-los à capitulação, forjaram seus instrumentos organizados de autodefesa e passaram à contra-ofensiva, através da luta econômica, social e política, com suas organizações de auxílio-mútuo, com seus sindicatos e centrais sindicais, com seus partidos, com os seus meios débeis de comunicação cultural e de desmascaramento da realidade. Postos à margem da sociedade civil e do Estado, infestaram as pugnias dos estratos burgueses entre si e sobrepujam a violência planejada da ditadura militar, derrotando-a no campo aberto da desobediência civil, na esfera restrita das relações do trabalho. O ABC foi o cenário dessa mudança de rumos históricos. Mas o incêndio atingiu todas as esperanças: a "opção pelos pobres" deixou de ser uma manifestação evangélica e desenrola-se com violência crescente nos termos proletários da luta de classes.

Esse é o solo histórico do qual brotou a Assembléia Nacional Constituinte. Ela não podia ignorar o caos e a esperança que resplandeciam como a luz solar. Porém, ficou amarrada aos laços mais fortes, que a prendem à maioria parlamentar selecionada entre os de cima. Tomou um ar barroco e iluminista, não indo ao fundo do drama, e deixa intacto o nó górdio que paralisa a nação. Por aí, falou pela boca das elites, deixando insepultos os antigos regimes, que reviveram gloriosamente através dos "lobbies" da gente de prol. Os empresários, os magistrados, os donos de cartório, os militares etc. compareceram para proteger seus "direitos" e "prerrogativas", confundindo-se numa imensa multidão de privilegiados que pleiteavam a perenidade dos privilégios através de dispositivos constitucionais espúrios. Agiam como estamentos, não como classes. Os trabalhadores lá compareceram, em menor escala e sem pompa, em busca de rupturas, da revolução democrática e da revolução nacional. Estas emergiam, pois, sob a aparência de reivindicações dispersas e miúdas. Porém tais reivindicações escapam da órbita do direito quando encontram resistência e não são resolvidas com equidade. Delineiam-se, assim, inconformismo e rebelião, como polaridades históricas maiores. De permeio, interpõe-se um governo fraco e desmoralizado, incapaz de entender a situação e de tomar pé diante dos fatos cruciais. Ao agir, ele agrava os dilemas históricos. Ao encolher-se, ele aguça as contradições. Não é um peso morto. É um peso atado às forças vivas das classes dominantes, que as leva para o fundo do poço.

É preciso projetar globalmente esse rico quadro de uma nação que acorda para os grandes embates da história. Quase cinco séculos de evoluções oscilantes comprimem-se, de repente, exigindo um salto qualitativo decisivo. Contudo, ele não se concretiza. Os políticos responderam timidamente, defensivamente, erguendo o lume de um parlamentarismo que as classes trabalhadoras e as massas populares não exigiam e não sabem decifrar. Quem ouviu falar dele nas campanhas políticas eleitorais? Quais os partidos e as forças sociais que o desfraldaram

como bandeira de salvação coletiva nacional? O que ele representa, positivamente, diante da arqueologia histórica brasileira? Em que ele sepulta vários passados odiosos remanescentes e em que sentido ele altera a estrutura da sociedade civil e de nosso Estado capitalista autocrático? O povo quer eleições, como ponto de partida. Mas, quer eleger um presidente, atar o presente com a fermentação política que a ditadura militar não conseguiu destruir e, em particular, abrir novos caminhos de igualdade com liberdade. Fechados e isolados dentro do Parlamento, os constituintes escolheram pelo povo. E o povo já havia escolhido, através de suas novas práticas de lutas de classes.

Essa é uma constatação dura. Porque seria desejável que existissem as premissas históricas para erigir outro sistema de governo. E essas premissas históricas só poderão nascer no futuro próximo, quando as classes trabalhadoras da cidade e do campo quebrarem as algemas que as converteram em subalternas, tolerantes ou impotentes diante da subalternização. A participação popular chegou à ANC, contudo foi deformada e boicotada. Por isso, a solução prevista substitui a farsa da "transição" pela indecisão que manietta as elites burguesas. Da ANC deveríamos partir para autênticos momentos de decisão, que indicassem os rumos coletivos que a maioria pretende ou aspira imprimir às transformações da sociedade civil e do Estado. Em vez disso, defrontamo-nos com alternativas renovadoras no tope, na burocratização, na tecnocracia e na "valorização das elites", como chaves para a segurança dos de cima e como resposta às frustrações das classes médias, as únicas que poderão, de imediato, modificar sua relação com o sistema de poder sem alterações bruscas e profundas no "status quo". Por aí, a "transição" poderá encerrar-se. Mas deixa em seu lugar uma praga igualmente maligna. Quem não concordar, que se lembre da sociedade escravista e do expediente parlamentarista aplicado à tentativa de castração política de João Goulart.